

PARECER Nº DE 2017

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2013 (Projeto de Lei nº 4.047 de 2012, na origem), do Deputado Antonio Bulhões, que *torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2013 (Projeto de Lei nº 4.047 de 2012, na origem), do Deputado Antonio Bulhões, que torna obrigatória o rastreamento de carga nuclear ou radioativa durante seu transporte.

O art. 1º obriga a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares e radioativos no território nacional, ressalvado o transporte exclusivamente no interior das instalações nucleares, desde que atendidos os demais requisitos de segurança. O art. 2º prevê a vigência da futura lei na data de sua publicação.

O autor justifica que, apesar da vasta regulamentação infralegal sobre material nuclear e radioativo, nenhuma norma exige o efetivo controle do material a partir de seu despacho para transporte. Acrescenta que tal providência é muito importante para a segurança da população, citando o caso de um veículo de transporte de equipamentos radioativos roubado na Via Dutra, no Rio de Janeiro, e o do descarte indevido do Césio-137, em Goiânia, em 1987.

A matéria tramitou na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde obteve parecer pela aprovação, e na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), na qual foi aprovado um substitutivo. Em virtude do Requerimento nº 61 de 2017, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, o projeto foi enviado à instrução desta Comissão. Até o momento, não foram apresentadas emendas.



SF/17517.19948-57

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre matérias referentes ao meio ambiente. Além disso, por ser esta a última Comissão do despacho do Presidente da Casa, e tendo em vista que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não está analisando a matéria, a CMA opinará também sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da matéria.

O projeto atende à **constitucionalidade**, pois compete à União legislar sobre trânsito e transporte e atividades nucleares (art. 22, XI e XXVI, CF), não havendo vício de iniciativa na proposição (art. 61, § 1º, CF). Do mesmo modo, inexistem vícios de **juridicidade** ou de **regimentalidade**.

Quanto à **técnica legislativa**, corroboramos os argumentos da CI de que o transporte de material nuclear é matéria da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, sendo adequada a inclusão da nova regra como o parágrafo único do art. 11 dessa Lei. Isso porque o art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis, reza que, em regra, o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei.

Por outro lado, entendemos que a redação do projeto deve ser mantida conforme o texto aprovado na Câmara dos Deputados, para deixar claro que se trata de mera emenda de **redação**. A alteração proposta pela CI, para expressar a competência regulamentadora da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), não é necessária, pois o art. 2º, X, *b*, da Lei nº 6.189, de 1974, já prevê tal atribuição. Vale notar ainda que o substitutivo da CI, por um lapso, deixou de veicular a cláusula de vigência, exigida pelo art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 1998, e cuja omissão configuraria desnecessária emenda de mérito, exigindo o retorno da matéria à Câmara dos Deputados.

No **mérito**, frisamos que os materiais radioativos são nocivos ao ser humano, a outras formas de vida e à natureza em geral. Conforme ressaltou a CI, é inegável o mérito de procurar proteger a sociedade dos riscos de acidentes nucleares, prevendo o emprego de instrumentos de rápida localização da carga radioativa furtada, roubada ou extraviada. A proposição em tela promove a preservação do meio ambiente equilibrado e saudável, por aumentar a segurança do transporte de materiais radioativos e nucleares.

III – VOTO



Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2013, na forma do substitutivo a seguir.

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO – DE REDAÇÃO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127 DE 2013

Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para tornar obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

Parágrafo único. É obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares e radioativos no território nacional, ressalvado o transporte exclusivamente no interior das instalações nucleares, desde que atendidos os demais requisitos de segurança.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

